

CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.

Atenção à Diretoria e aos Acionistas,

Prezados,

Temos a satisfação de compartilhar com V.Sas. o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da **CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.** (CNPJ nº 05.481.823/0001-08) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Este relatório final é o resultado de uma minuciosa auditoria, com o objetivo de oferecer uma visão completa e embasada sobre a situação financeira e patrimonial da Companhia.

Durante os procedimentos de auditoria, enfrentamos desafios significativos que demandaram uma abordagem criteriosa e detalhista. Superar esses desafios reforça nosso compromisso em fornecer informações apropriadas e relevantes.

Acreditamos que nosso relatório em conjunto com as Demonstrações Financeiras a seguir, fornecerá informações valiosas para a compreensão da performance do **CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.** e contribuirá para direcionar futuras estratégias.

A confiança depositada em nosso trabalho é de extrema importância e nos motiva a continuar aprimorando nossos processos e serviços. Portanto, estamos à disposição para esclarecer para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário e comentários da administração.

Atenciosamente,



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

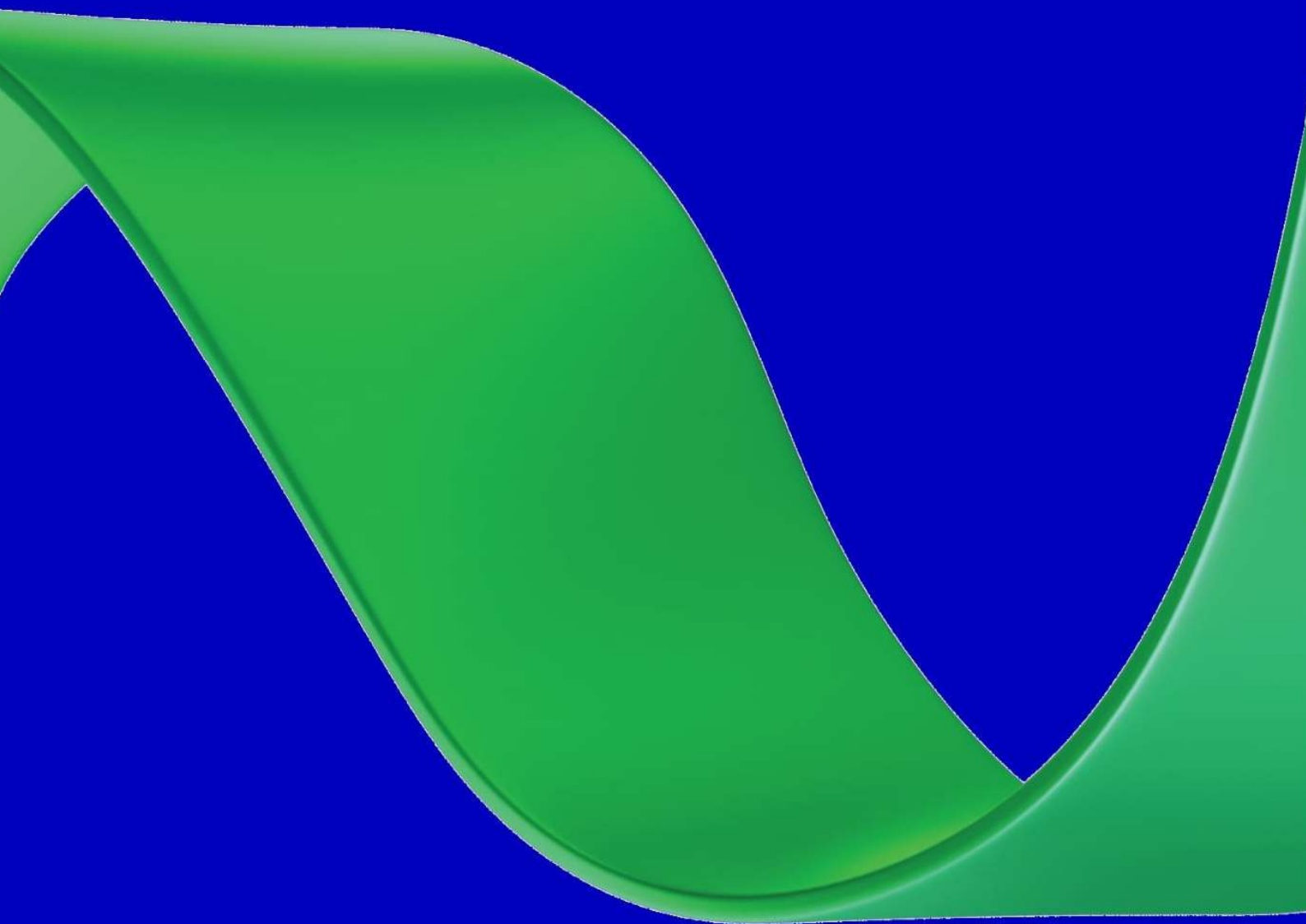
DocuSigned by:
Marcelo Gomes
48CBCEB242A14E3...

Marcelo Gomes de Barros
CTCRC N° 1SP194830/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF Global, rede de firmas-membro da PKF International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente, e não assume nenhuma responsabilidade pelas ações ou omissões de qualquer membro individual ou firma(s) correspondente(s).

CRB Operações Portuárias S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**



Sumário

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	1
Balço patrimonial.....	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
1 Informações gerais	8
2 Aprovação das demonstrações financeiras.....	8
3 Base de preparação	8
4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	11
5 Gestão de risco financeiro.....	12
6 Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo.....	12
7 Caixa e equivalentes de caixa	13
8 Aplicações financeiras	14
9 Partes relacionadas	14
10 Imobilizado	15
11 Direito de uso em arrendamento.....	16
12 Imposto de renda e contribuição social a recolher e diferidos	17
13 Provisões	18
14 Patrimônio líquido.....	19
15 Receita líquida dos serviços prestados.....	20
16 Abertura de despesas por natureza	21
17 Outros resultados operacionais	21
18 Resultado financeiro, líquido.....	21
19 Compromissos de longo prazo	22



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.

CE-148-2024.1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração da
CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.**, (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações e seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de Ênfase

Dependência Econômica de Partes Relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras, destacamos que a atividade operacional da Companhia está concentrada no fornecimento de serviços de movimentação portuária, sendo substancialmente realizada por meio de um único contrato de longo prazo com partes relacionadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras em conjunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026.



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

DocuSigned by:

Marcelo Gomes

48C9CEB242A14E3
Marcelo Gomes de Barros
CTCRC N° 1SP194830/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF Global, rede de firmas-membro da PKF International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente, e não assume nenhuma responsabilidade pelas ações ou omissões de qualquer membro individual ou firma(s) correspondente(s).

CRB Operações Portuárias S.A.
Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais



Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)	10.615	5.414	Arrendamentos	11(c)	1.082	1.054
Aplicações financeiras	8(b)	-	3.490	Fornecedores e outras contas a pagar		139	171
Contas a receber de clientes	9(b)	1.509	1.790	Tributos a recolher		128	109
Tributos a recuperar		159	193	Dividendos a pagar	9(b)	297	148
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12(c)	5	343				
Outros ativos		8	36				
Total do ativo circulante		12.296	11.266	Total do passivo circulante		1.646	1.482
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	10(b)	1.200	1.776	Arrendamentos	11(c)	1.317	2.310
Direito de uso em arrendamento	11(b)	617	901	Provisões e depósitos judiciais	13(b)	346	302
Total do ativo não circulante		1.817	2.677	Total do passivo não circulante		1.663	2.612
				Total do passivo		3.309	4.094
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		8.980	8.980
				Reservas de lucros		1.814	859
				Ajustes de avaliação patrimonial		10	10
				Total do patrimônio líquido		10.804	9.849
Total do ativo		14.113	13.943	Total do passivo e patrimônio líquido		14.113	13.943

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRB Operações Portuárias S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais



	Nota	2025	2024
Receita líquida de contratos com clientes	15(b)	7.178	6.881
Custo dos serviços prestados	16(a)	(5.609)	(5.329)
Lucro bruto		1.569	1.552
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	16(a)	(898)	(1.054)
Outros resultados operacionais	17(a)	177	(45)
		(721)	(1.099)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		848	453
Resultado financeiro, líquido	18(b)		
Receitas financeiras		1.428	911
Despesas financeiras		(427)	(466)
		1.001	445
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.849	898
Imposto de renda e contribuição social	12(b)	(597)	(273)
Lucro líquido do exercício		1.252	625

CRB Operações Portuárias S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
			Legal	De incentivos fiscais	Retenção			
Em 1º de janeiro de 2024		8.980	43	9	330	10		9.372
Resultado do exercício								
Lucro líquido do exercício							625	625
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva legal	14(a)(iii)		32				(32)	
Dividendos mínimos obrigatórios	14(a)(iii)						(148)	(148)
Retenção de lucros	14(a)(iii)				445		(445)	
Em 31 de dezembro de 2024		8.980	75	9	775	10		9.849
Em 1º de janeiro de 2025		8.980	75	9	775	10		9.849
Resultado do exercício								
Lucro líquido do exercício							1.252	1.252
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva legal	14(a)(iii)		63				(63)	
Dividendos mínimos obrigatórios	14(a)(iii)						(297)	(297)
Retenção de lucros	14(a)(iii)				892		(892)	
Em 31 de dezembro de 2025		8.980	138	9	1.667	10		10.804

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRB Operações Portuárias S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.849	898
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão	16(b)	860	861
Reversão de processos trabalhistas e ambientais	13(b)	3	(81)
Ajuste a valor presente em arrendamentos	11(c)	203	391
Outros componentes do resultado financeiro		222	66
Demais itens que não afetam caixa			54
		<u>3.137</u>	<u>2.189</u>
(Acréscimo) decréscimo em ativos			
Contas a receber de clientes		281	(357)
Tributos a recuperar		34	80
Partes relacionadas			556
Demais créditos e outros ativos		28	(26)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		(32)	13
Tributos a recolher		(116)	(12)
Pagamentos de processos trabalhistas e ambientais		(120)	
Caixa proveniente das operações		<u>3.212</u>	<u>2.443</u>
Juros recebidos			877
Imposto de renda e contribuição social pagos		(185)	(86)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>3.027</u>	<u>3.234</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(576)	(3.185)
Resgates de aplicações financeiras		4.066	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>3.490</u>	<u>(3.185)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Liquidação de arrendamento	11(c)	(1.168)	(1.120)
Dividendos pagos	14(c)	(148)	(95)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(1.316)</u>	<u>(1.215)</u>
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		<u>5.201</u>	<u>(1.166)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.414	6.580
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>10.615</u>	<u>5.414</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRB Operações Portuárias S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024 (Reapresentado Nota 3.3)
Receitas			
Serviços prestados	15(b)	8.370	8.024
Outros resultados operacionais	17(b)	177	(45)
		<u>8.547</u>	<u>7.979</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e outros	16(b)	(4.453)	(4.534)
Despesa de materiais, serviços de terceiros e outros	16(b)	(1.018)	(885)
		<u>(5.471)</u>	<u>(5.419)</u>
Valor adicionado bruto		<u>3.076</u>	<u>2.560</u>
Depreciação e amortização	16(b)	(860)	(861)
Valor adicionado líquido produzido		<u>2.216</u>	<u>1.699</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18(b)	1.428	911
Valor adicionado total a distribuir		<u>3.644</u>	<u>2.610</u>
Distribuição do valor adicionado			
Impostos e contribuições			
Federais		1.431	1.058
Municipais		595	503
		<u>2.026</u>	<u>1.561</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras		366	424
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos mínimos obrigatórios		297	148
Lucros retidos		955	477
		<u>1.252</u>	<u>625</u>
Valor adicionado distribuído		<u>3.644</u>	<u>2.610</u>

CRB Operações Portuárias S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A CRB Operações Portuárias S.A. ("Companhia"), tem como atividade o arrendamento e operação do terminal de importação de granéis sólidos do Porto de Imbituba, no Estado de Santa Catarina, Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima com sede e foro jurídico na capital do Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia é controlada diretamente pela Calmit Minerações Participação Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Brasil., e a controladora final é a Votorantim S.A. ("VSA"), uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e Estado de São Paulo, Brasil, que constitui a *holding* das empresas Votorantim e é integralmente controlada pela família Ermírio de Moraes.

O contrato de arredamento que dá origem aos direitos de exploração do terminal portuário, identificado pela Companhia Docas de Imbituba com o número 001/2002-CDI, foi assinado em 29 de janeiro de 2003, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC nº 1 – Contratos de Concessão, em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente. Desta forma, não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência deste pronunciamento.

As estruturas portuárias administradas pela Companhia são principalmente utilizadas para a prestação de serviços de elevação de granéis para suas partes relacionadas.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 13 de março de 2026.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios anteriores, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

A companhia não apresentou a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), pois não houve movimentações no exercício de 2025 e 2024.

3.1 Novas normas e interpretações contábeis

3.1.1 Normas e interpretações contábeis adotadas

As interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1 de janeiro de 2025 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.1.2 Normas, interpretações e legislações que ainda não estão em vigor

(a) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras (IFRS 18)

Em 9 de abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas, sendo:

- Comparabilidade aprimorada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos, melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;
- Transparência aprimorada das medidas de desempenho definidas pela Administração com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Administração; e
- Agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia não tem a intenção de realizar a adoção antecipada.

(b) Reforma tributária no Brasil

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

Em 2025, a Companhia concluiu todas as adequações necessárias para ajustar os processos de emissão e recebimento de documentos fiscais às novas exigências e prazos estabelecidos. Dessa forma, não foram considerados na elaboração destas demonstrações financeiras anuais qualquer efeito relacionado aos impactos da reforma tributária.

(c) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto relevante na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros.

3.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$” ou “Reais”).

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3 Demonstração do Valor adicionado

Em atendimento a Resolução CVM 199/2024 no preenchimento da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), a Companhia procedeu à reapresentação da DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As reclassificações geraram ajustes positivos e negativos.

Dessa forma, alguns itens foram reclassificados ou tiveram os critérios de reconhecimento adotados para a apresentação da DVA alterados e as principais reclassificações estão descritas abaixo:

- (i) Reclassificação entre linhas nos valores no grupo de “Insumos adquiridos de terceiros”, em decorrência da revisão dos critérios de apresentação, passando a divulgá-los por função e não mais por natureza;
- (ii) Reclassificação entre linhas nos valores dos grupos de “Impostos e contribuições” e “Remuneração de capitais de terceiros”, em decorrência da revisão dos critérios de apresentação dos impostos federais, estaduais e municipais;
- (iii) Os “Dividendos deliberados” distribuídos das reservas de lucros foram reclassificados para a linha de “Lucros retidos”, em conformidade com a norma contábil;

Estas reclassificações não geraram qualquer outro impacto ou em qualquer outro índice relevante no contexto das demonstrações financeiras individuais como um todo e estão sendo reapresentadas na DVA para fins de comparabilidade.

	<u>Nota</u>	<u>Conforme anteriormente apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado 2024</u>
Receitas				
Serviços prestados	15(b)	8.024		8.024
Outros resultados operacionais	17(b)	(45)		(45)
		<u>7.979</u>		<u>7.979</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e outros		(885)	(3.649)	(4.534)
Despesa de materiais, serviços de terceiros e outros	16(b)	(4.534)	3.649	(885)
		<u>(5.419)</u>		<u>(5.419)</u>
Valor adicionado bruto		<u>2.560</u>		<u>2.560</u>
Depreciação e amortização	16(b)	(861)		(861)
Valor adicionado líquido produzido		<u>1.699</u>		<u>1.699</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	18(b)	911		911
Valor adicionado total a distribuir		<u>2.610</u>		<u>2.610</u>
Distribuição do valor adicionado				
Impostos e contribuições				
Federais		1.016	42	1.058
Estaduais		102	(102)	
Municipais		401	102	503
		<u>1.519</u>	<u>42</u>	<u>1.561</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	18(b)	466	(42)	424
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos mínimos obrigatórios		95	53	148
Lucros retidos		530	(53)	477
		<u>625</u>		<u>625</u>
Valor adicionado distribuído		<u>2.610</u>		<u>2.610</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir.

4.1 Estimativa de valor justo

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

4.2 Impairment de ativo não circulante

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas no valor recuperável (*impairment*), ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (valor líquido de venda) e o seu valor em uso.

O valor em uso é determinado pela projeção de fluxo de caixa operacional livre descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais, com base nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração para os próximos cinco anos. Todas as projeções de mercado são balizadas por relatórios de associações de classe, consultorias econômicas e institutos de pesquisa e estatística.

Quando houver perda identificada, esta é reconhecida no resultado do exercício no grupo de "Outros resultados operacionais" pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificados perda por *impairment*.

4.3 Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao pagamento de impostos e contribuições sobre o lucro. São reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente revisados para determinar sua recuperabilidade, considerando o lucro tributável futuro derivado da melhor estimativa da Administração de resultados futuros projetados, que são elaboradas e fundamentadas em premissas e julgamentos internos e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

4.4 Provisões e contingências

A Companhia é parte em processos de natureza cível e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável, e é regularmente atualizada para refletir o valor do desenvolvimento dos litígios.

5 Gestão de risco financeiro**5.1 Gestão de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a determinados riscos financeiros, riscos de mercado (moeda e taxas de juros), riscos de crédito e riscos de liquidez. No entanto, essas atividades são realizadas estritamente com partes relacionadas, considerando as condições de mercado, e a Companhia atualmente não apresenta saldos relevantes a pagar a terceiros.

5.2 Risco de liquidez

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Arrendamentos		1.209	1.302	77	2.588
Fornecedores e outras contas a pagar		139			139
Dividendos a pagar	9(b)	297			297
		<u>1.645</u>	<u>1.302</u>	<u>77</u>	<u>3.024</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Arrendamentos		1.132	1.177	1.330	3.639
Fornecedores e outras contas a pagar		171			171
Dividendos a pagar	9(b)	148			148
		<u>1.451</u>	<u>1.177</u>	<u>1.330</u>	<u>3.958</u>

6 Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não se enquadrarem nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado.

(c) Composição

A Companhia divulga as mensurações do valor justo por nível de hierarquia dos principais ativos, sendo:

	Nota	Nível de hierarquia	2025	2024
Ativos				
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	9(b)		1.509	1.790
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)	1	9.131	3.362
	7(b)	2	1.484	2.052
Aplicações financeiras	8(b)	1		3.490
			<u>12.124</u>	<u>10.694</u>
Passivos				
Custo amortizado				
Arrendamentos	11(c)		2.399	3.364
Fornecedores e outras contas a pagar			139	171
			<u>2.538</u>	<u>3.535</u>

Os demais instrumentos financeiros não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

7 Caixa e equivalentes de caixa**(a) Práticas contábeis**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Composição

	2025	2024
Moeda nacional		
Caixas e bancos	41	42
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.484	2.052
Operações compromissadas - Títulos públicos	9.090	3.320
	<u>10.615</u>	<u>5.414</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

8 Aplicações financeiras**(a) Práticas contábeis**

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificados no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

(b) Composição

	2025	2024
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT's	-	3.490

A Companhia detém quotas de fundo de investimento exclusivo do Grupo Votorantim, e estas aplicações compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras.

9 Partes relacionadas**(a) Práticas contábeis**

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas, relacionados à prestação de serviços e dividendos.

(b) Composição

	2025	2024
Ativo		
Circulante		
Contas a receber com partes relacionadas	1.509	1.790
Passivo		
Circulante		
Dividendos a pagar	297	148
Resultado		
Vendas	8.370	8.024

(c) Títulos a receber por vencimento

	2025	2024
A vencer	1.293	1.293
Vencidos entre 3 e 6 meses	93	497
Vencidos há mais de 6 meses	123	
	1.509	1.790

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado**(a) Práticas contábeis**

Em 31 de janeiro de 2003, a Companhia celebrou o contrato de arrendamento para a exploração do terminal de granéis sólidos, localizados no porto de Imbituba - SC, com vigência até 2028 como arrendatária. (Nota 11(b)).

O imobilizado registrado refere-se a cessão onerosa decorrente das instalações transferidos ao arrendatário e os investimentos mínimos onde a arrendatária se obriga a concretizar melhorias e benfeitorias necessárias à eficiência das operações decorrente do contrato de arrendamento.

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" (Nota 17).

A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está apresentada na Nota 4.2.

(b) Composição e movimentação

	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Instalações	Total
Custo	5.632	8.820	14.452
Amortização acumulada	(4.716)	(7.384)	(12.100)
Em 1º janeiro de 2024	<u>916</u>	<u>1.436</u>	<u>2.352</u>
Depreciação	(224)	(352)	(576)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>692</u>	<u>1.084</u>	<u>1.776</u>
Custo	5.632	8.820	14.452
Amortização acumulada	(4.940)	(7.736)	(12.676)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>692</u>	<u>1.084</u>	<u>1.776</u>
Depreciação	(224)	(352)	(576)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>468</u>	<u>732</u>	<u>1.200</u>
Custo	5.632	8.820	14.452
Amortização acumulada	(5.164)	(8.088)	(13.252)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>468</u>	<u>732</u>	<u>1.200</u>
Taxas médias anuais de amortização - % -2024	4	4	
Taxas médias anuais de amortização - % - 2025	4	4	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

11 Direito de uso em arrendamento**(a) Práticas contábeis**

A Companhia reconhece na data de início do contrato, um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso.

O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A Companhia não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do serviço prestado ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

(b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso

Em 31 de janeiro de 2003 a Companhia celebrou o contrato de arrendamento para a exploração do terminal de granéis sólidos, localizados no porto de Imbituba - SC, com vigência até 2028 como arrendatária.

	Concessão portuária	Total
Custo	2.588	2.588
Amortização acumulada	(1.417)	(1.417)
Em 1º janeiro de 2024	<u>1.171</u>	<u>1.171</u>
Remensuração de principal	15	15
Amortização	(285)	(285)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>901</u>	<u>901</u>
Custo	2.603	2.603
Amortização acumulada	(1.702)	(1.702)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>901</u>	<u>901</u>
Amortização	(284)	(284)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>617</u>	<u>617</u>
Custo	2.602	2.602
Amortização acumulada	(1.985)	(1.985)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>617</u>	<u>617</u>
Taxas médias anuais de amortização - % -2024	11	
Taxas médias anuais de amortização - % - 2025	11	

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição e movimentação do passivo de arrendamento

	2025	2024
Saldo no início do exercício	3.364	4.078
Remensuração de principal	-	15
Liquidações	(1.168)	(1.120)
Ajustes de valor presente	203	391
Saldo no final do exercício	<u>2.399</u>	<u>3.364</u>
Circulante	1.082	1.054
Não circulante	1.317	2.310
	<u>2.399</u>	<u>3.364</u>

As parcelas serão pagas à Companhia Docas de Imbituba com parcelas fixas e atualizadas pelo INPC, com prazo de 25 anos e vigência até 2028 como arrendatária.

Para o cálculo, a Companhia considerou o fluxo futuro fixos ao arrendador de acordo com os valores e prazos estipulados em contratos e ajustados a valor presente pela taxa de desconto apurada. A taxa de desconto foi calculada considerando a projeção do CDI de 6,40% calculada no início do contrato com prazo de 25 anos e *spread* de 4,00% calculado.

Em 31 de dezembro de 2025, restam 25 parcelas em aberto com os seguintes vencimentos aberto por ano:

Vencimentos	2025
2026	1.081
2027	1.210
2028	108
	<u>2.399</u>

12 Imposto de renda e contribuição social a recolher e diferidos**(a) Práticas contábeis**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e os demais impostos sobre o lucro, registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

O IRPJ e CSLL correntes, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente analisados, em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro estimado, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação, com base na alíquota nominal brasileira:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.849	898
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(629)	(305)
Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda (i)	24	24
Despesas indedutíveis	8	8
IRPJ e CSLL apurados	<u>(597)</u>	<u>(273)</u>
Correntes	(259)	(65)
Diferidos	(338)	(208)
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(597)</u>	<u>(273)</u>
Taxa efetiva - %	(32,27)	(30,40)

- (i) Refere-se a não tributação do adicional de 10% do IRPJ, pois a base de cálculo não excedeu ao valor isento do limite anual de R\$ 240.

(c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos

	2025	2024
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	129	250
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	145	145
Provisões judiciais	118	103
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Arrendamento	(387)	(155)
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	<u>392</u>	<u>498</u>
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	<u>(387)</u>	<u>(155)</u>

(d) Realização dos impostos e contribuições diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL

A recuperabilidade dos saldos de prejuízo fiscal é avaliada anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros da Companhia, sendo reconhecido o imposto diferido ativo somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal de base negativa sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo condizente com as projeções operacionais da Administração. O prazo de realização do saldo é em até 12 meses.

13 Provisões**(a) Práticas contábeis****(i) Provisões de ações judiciais de natureza cível, trabalhistas e ambiental**

A Companhia é parte em processos em andamento de natureza cível, trabalhistas e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais.

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação;

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões cíveis e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(b) Composição e movimentação

			2025
	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	37	265	302
Adições	-	36	36
Reversões	(33)	-	(33)
Liquidações com efeito caixa	(4)	(116)	(120)
Atualização monetária, líquida das reversões		161	161
Saldo no final do exercício		346	346

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Natureza	2025	2024
Ambientais (i)	-	263

- (i) Refere-se ao processo administrativo instaurado em 2019 por supostas infrações às condicionantes da licença ambiental. Em 2025, após decisão administrativa com redução da penalidade, a Companhia optou pelo pagamento da multa e dos encargos correspondentes. Com isso, o auto de infração foi definitivamente arquivado, sem obrigações remanescentes.

14 Patrimônio líquido**(a) Práticas contábeis****(i) Capital social**

É representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia recebe incentivos oriundos de programas estaduais e federais para promover o desenvolvimento industrial, conforme explicado abaixo:

Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente a:

Imposto de renda sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relacionado a algumas operações regionais como cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2025 e 2029. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução do imposto de renda) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas.

A receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da receita do ano para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 8.980, e composto por 8.980.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

(c) Pagamento de dividendos

Em 8 de julho de 2025, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 148 referente ao lucro líquido do exercício de 2024.

15 Receita líquida dos serviços prestados**(a) Práticas contábeis**

A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pelos serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato ou acordo com um cliente e a Companhia que cria direitos e obrigações exequíveis; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e este possa ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; (v) as obrigações de desempenho acordadas com a contraparte sejam cumpridas; e (vi) critérios específicos tenham sido atendidos para cada um dos contratos e/ou acordos.

(b) Composição

	2025	2024
Vendas brutas		
Serviços prestados para o mercado brasileiro	8.370	8.024
Impostos sobre os serviços e outras deduções	(1.192)	(1.143)
Receita Líquida de contratos com clientes	<u>7.178</u>	<u>6.881</u>

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Abertura de despesas por natureza**(a) Práticas contábeis**

A Companhia classifica todos os gastos com custo dos serviços prestados, bem como as despesas operacionais (gerais e administrativas), de acordo com sua natureza. Essas despesas são reconhecidas conforme a natureza das transações ou eventos que as originam, em conformidade com os critérios contábeis.

(b) Composição

	2025	2024
Despesa com operação portuária	4.453	4.534
Depreciação e amortização	860	861
Utilidades	900	861
Impostos e contribuições	176	102
Outros	118	25
	<u>6.507</u>	<u>6.383</u>
Reconciliação		
Custo dos serviços prestados	5.609	5.329
Despesas gerais e administrativas	898	1.054
	<u>6.507</u>	<u>6.383</u>

17 Outros resultados operacionais**(a) Práticas contábeis**

A Companhia classifica as outras receitas e despesas operacionais como itens com naturezas que não se enquadram nas classificações tradicionais de receitas de vendas, custo dos serviços prestados, ou despesas operacionais (gerais e administrativas). Essas receitas e despesas são reconhecidas conforme a natureza das transações ou eventos que as originam, e os critérios contábeis.

(b) Composição

	2025	2024
Reversões (provisões) judiciais líquidas	3	(45)
Resultado líquido da venda dos investimentos FINOR	180	-
Outros resultados operacionais	(6)	-
	<u>177</u>	<u>(45)</u>

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

18 Resultado financeiro, líquido**(a) Práticas contábeis**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receitas e despesas de juros reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos;
- Ganhos e perdas geradas pela remensuração de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Reclassificações de ganhos/perdas líquidas previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

CRB Operações Portuárias S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.286	877
Reversão de atualização monetária de provisões	120	11
Juros sobre ativos financeiros	22	23
	<u>1.428</u>	<u>911</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente de contratos - IFRS 16	(203)	(392)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos	(161)	(25)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(61)	(42)
Outras despesas financeiras	(2)	(7)
	<u>(427)</u>	<u>(466)</u>
	<u>1.001</u>	<u>445</u>

19 Compromissos de longo prazo

A Companhia possui um contrato de arrendamento operacional vigente no terminal do Porto de Imbituba - SC, onde realiza as operações de importação de granéis sólidos, com vigência até 2028. O contrato em questão foi reconhecido conforme política descrita na Nota 11(a).

Os investimentos mínimos do contrato de arrendamento operacional, foi executado por meio de outros contratos de arrendamento, pelo mesmo prazo do contrato do Porto de Imbituba, envolvendo ativos operacionais.



VOTORANTIM
cimentos